



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Janeiro/2012

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - APJ Psicólogo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AD', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

1 *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela, que hoje abrangem quase todo o globo terrestre, podem ser descritas sucintamente por alguns traços gerais: o Estado-nação, o capitalismo, a forma industrial de organização da produção; a convivência e sociabilidade urbanas; e os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade. Tais traços, por si sós, entretanto, não eliminaram seus contrários – solidariedades étnicas, formas pré-capitalistas de produção, a vida rural ou as hierarquias sociais. A novidade moderna consiste, antes, na rearticulação, em todos os planos, das formas e relações sociais antigas sob a égide desses novos traços.*

15 *Assim, no que diz respeito à organização social, as hierarquias, os privilégios, as deferências e os outros modos de expressão das desigualdades entre os seres humanos passaram, para serem aceitos, a depender de outras lógicas de construção e justificação. Tornaram-se, do mesmo modo, fontes permanentes de contestação, propiciadoras de lutas libertárias de emancipação e fermento de novas identidades sociais.*

(Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. "Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação". In **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 168)

1. O autor,

- (A) ao caracterizar as sociedades modernas, chama a atenção para o fato de que o perfil desenhado tem abrangência universal, dado o cenário globalizante da contemporaneidade.
- (B) ao realizar a descrição das sociedades modernas, por meio de seus *traços gerais*, ordena-os de modo a expressar *sucintamente* o avanço de sua importância.
- (C) na série anunciada pelos dois-pontos (linha 5), elenca características exatamente proporcionais entre si, o que motiva a sequência delas sem a formação de qualquer tipo de subconjunto.
- (D) ao mencionar *Tais traços*, faz o pronome retomar especificamente o segmento *os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade*, ainda que sob a expressão *alguns traços gerais*, usada antes, tenha acolhido mais itens.
- (E) no terceiro período do primeiro parágrafo, com fundamentos manifestos, expressa um juízo que nega o caráter absoluto ou independente da descrição feita no período inicial.

2. É INCORRETO afirmar:

- (A) a expressão *no que diz respeito à organização social* (linha 15) traduz, no contexto, uma circunstância, implicando um traço restritivo.
- (B) a ideia de que *hierarquias, privilégios e deferências* (linha 16) expressam desigualdades entre os seres humanos está presente no texto, mas de modo subentendido.
- (C) em sociedades modernas, europeias ou não, houve uma ampla reorganização da ordem social quando formas de ação conservadoras conseguiram se sobrepujar aos modernos modos de articulação social, forma de produção e valores jurídicos.
- (D) em aparente contradição, em quase todo o mundo, as desigualdades entre os seres humanos são concomitantemente admitidas e rejeitadas, recusa esta que instiga alterações na organização social.
- (E) compreende-se do texto que grupos humanos buscam legitimar as *desigualdades* (linha 17) entre os seus componentes encadeando-as coerentemente nas convenções da sua peculiar organização social.

3. Afirma-se com correção:

- (A) em *ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela* (linhas 1 a 3), ambas as sequências introduzidas por **ou** conectam-se diretamente ao segmento *As sociedades modernas*.
- (B) a expressão *por si sós* (linha 9) expressa, no contexto, uma causa.
- (C) se *antes* (linha 12) for substituído por "sobretudo", o sentido original se mantém.
- (D) é admissível considerar que a frase iniciada por *Assim* (linha 15) denota uma ilação.
- (E) a substituição de *para serem aceitos* (linha 18) por "à fim de serem aceitos" mantém a correção e o sentido originais.

4. A substituição que, acolhida pelo padrão culto escrito, mantém o sentido original do texto é a de

- (A) *As sociedades modernas da Europa ocidental [...] podem ser descritas* (linhas 1 a 4) **por** "As sociedades modernas da Europa ocidental [...], pode-se descrevê-las".
- (B) *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados* (linhas 1 e 2) **por** "As sociedades modernas, seja da Europa ocidental, seja dos continentes e espaços colonizados".
- (C) *entretanto* (linha 9) **por** "nesse íterim".
- (D) *sob a égide desses novos traços* (linha 14) **por** "sob a camuflagem desses novos traços".
- (E) *as deferências* (linha 16) **por** "as licenciosidades".



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 7, considere o texto que segue.

- 1 O destino cruzou o caminho de D. Pedro em situação de desconforto e nenhuma elegância. Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822, o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga. A causa dos distúrbios intestinais é desconhecida. Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista, ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar. Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, subcomandante da guarda de honra e futuro barão de Pindamonhangaba, usou em suas memórias um eufemismo para descrever a situação do príncipe. Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apeiar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.

(Laurentino Gomes, **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 29)

5. É correto afirmar sobre o excerto:

- (A) Formas verbais empregadas, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *estava* (linha 5), denotam que o autor, nesse trecho, limita-se a citar fatos passados concebidos por ele como contínuos.
- (B) A presença concomitante de certas formas verbais, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *é* (linha 6), evidencia que o autor, nesse trecho, mescla segmentos narrativos com comentários a respeito dos fatos.
- (C) Transformando a oração reduzida *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga* (linhas 2 e 3) em desenvolvida, obtém-se “Aproximando-se do riacho do Ipiranga”.
- (D) Transpondo a frase *Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo [...] usou em suas memórias um eufemismo* (linhas 10 a 14) para a voz passiva, obtém-se a forma verbal “tinha usado”.
- (E) Considerado o contexto, a substituição do modo subjuntivo pelo modo indicativo em *tenha sido* (linha 7) não interfere no sentido original, pois em nada fica alterada a atitude do falante em relação ao fato citado.

6. A análise do texto legitima a seguinte afirmação:

- (A) A organização da frase inicial exige que se considere o termo subentendido “sem” (“sem nenhuma elegância”), única possibilidade de torná-la sintaticamente adequada.
- (B) Os segmentos *futuro imperador do Brasil e rei de Portugal e o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo* exercem a mesma função sintática nas frases em que estão inseridos.
- (C) As aspas em “*prover-se*” sinalizam o sentido pejorativo que o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo emprestou à expressão.
- (D) Ainda que não tenha impedido a compreensão, a ausência do plural no segundo substantivo da expressão *tropa de mula* só pode ser entendida como um deslize, pois não há possibilidade de o padrão culto acatar essa formulação.
- (E) Considerando que *futuro* significa “que ainda está por vir”, nota-se que, nos casos em que a palavra foi usada (linhas 4 e 13), se toma como “presente” do que está por vir o dia do fato a que o autor se refere.

7. Cada alternativa apresenta segmento transcrito do texto e o mesmo segmento pontuado de modo diferente. A alteração que preserva o respeito ao padrão culto escrito, mas que provoca mudança do sentido original, é a encontrada em:

- (A) *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822,*
Ao se aproximar do riacho do Ipiranga – às 16h30 de 7 de setembro de 1822 –
- (B) *o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga.*
o príncipe regente futuro imperador do Brasil, e rei de Portugal, estava com dor de barriga.
- (C) *Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.*
Acredita-se, que tenha sido algum alimento malconservado, ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.
- (D) *ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.*
ou, a água contaminada; das bicas e chafarizes, que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.
- (E) *Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apeiar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.*
Segundo ele a intervalos regulares, D. Pedro se via obrigado, a apeiar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.



8. As ideias estão articuladas de modo claro e correto na seguinte frase:

- (A) Mesmo sendo ele um hábil articulador e a despeito do grande prestígio de que gozava, não obteve êxito na transação, pois a verdadeira natureza do negócio lhe escapara.
- (B) Dependendo a transação de um hábil articulador e que gozasse de grande prestígio, do mesmo modo ele não obteve êxito nisso: faltara-lhe a verdadeira natureza do negócio.
- (C) Ele não obteve êxito no processo na transação, ainda que sempre foi hábil articulador e apesar de gozava de grande prestígio, dado a verdadeira natureza do negócio, que tinha ficado obscuro para ele.
- (D) Sendo ele um hábil articulador e gozando de grande prestígio não obteve êxito na transação, visto a verdadeira natureza do negócio ter escapado para ele.
- (E) Não obstante o hábil articulador que era e do grande prestígio que sempre desfrutou não obteve êxito na transação, deixando de ter clara a verdadeira natureza do negócio.

9. A frase que está redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Em que pese sobre ele todas as denúncias, comprovadas ou não, insiste por permanecer no cargo, desafiando o senso comum de que deveria pedir demissão.
- (B) Meritíssimo, baseado nos documentos que vão em anexo, solicito vossa interferência para que se apressem as providências legais sugeridas por seu assessor.
- (C) Incipientes ou não nesse tipo de pesquisa, infringiram normas discutidas dias atrás, motivo pelo qual não lhes dei endosso, sabendo que a maior parte deles o deseja muito.
- (D) Não sei das causas que lhes impediram de questionar o modo que foi discutido o dissídio, mas acho que os representantes da classe sabem o porquê disso.
- (E) Não é estranho, a meu ver, essa postergação, principalmente se levar em conta a hesitação que manifestaram anteriormente sobre a data do encontro.

10. A frase que está em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Impingiu os filhos, sem grande discrição, convenhamos, a ideia de que a melhor solução seria encaminhá-los a um curso profissionalizante dali a dois semestres.
- (B) Sabia que nada poderia sortir tanto efeito quanto a promessa de que, em sendo necessário, seria, e sem resquício de dúvida, o depositário da causa de seus concidadãos.
- (C) Reteve os documentos para fazer a rescisão dos novos discidentes, mas não suspendeu os privilégios dos que lhe tinham prestado serviços até aquele momento.
- (D) Ele é aquele a quem os astros nunca favoreceram, por isso diz que, se alguém lhe previr benesses de uma conjunção astral, reivindicará o direito de digladiar com ele.
- (E) Fosse quais fossem as questões a serem debatidas, os funcionários cujos salários estavam atrasados combinaram não interpelar, mas também não transigir com a chefia.

Legislação Aplicada

11. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), a respeito do exercício do cargo público, é INCORRETO afirmar:

- (A) A promoção interrompe o exercício.
- (B) O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.
- (C) O responsável pelo serviço onde deva servir o funcionário, é competente para dar-lhe exercício.
- (D) O funcionário denunciado por crime funcional será afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.
- (E) O funcionário que não entrar em exercício, no prazo legal, perderá o cargo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

12. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), denomina-se aproveitamento o

- (A) reingresso no serviço público do servidor aposentado, por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.
- (B) ato pelo qual o funcionário demitido ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (C) ato pelo qual o funcionário exonerado ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (D) reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, respeitada a opção do servidor.
- (E) retorno à atividade do funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, pela sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado.

13. Considere:

- I. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com sede na Comarca da Capital e Jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de trinta e nove desembargadores.
- II. O Juiz mais antigo somente poderá ser recusado pelo voto nominal, aberto e fundamentado de dois terços dos integrantes do Tribunal de Justiça, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
- III. Um terço dos lugares do Tribunal de Justiça será composto, alternadamente, de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007, e alterações posteriores), está correto o que se afirma APENAS em

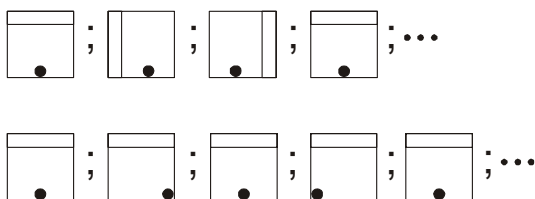
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.



14. De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007) no que concerne à composição, funcionamento e atribuições da Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar:
- (A) A Corregedoria Geral da Justiça fará inspeções mensais em todas as circunscrições.
 - (B) Os juízes membros da Comissão Estadual Judiciária de Adoção serão livremente indicados pelo Corregedor Geral da Justiça, independentemente da entrada a que pertencam.
 - (C) O Corregedor Geral da Justiça não poderá requisitar, de qualquer repartição pública ou autoridades, informações e garantias necessárias ao desempenho de suas atribuições, devendo solicitá-las ao Presidente do Tribunal.
 - (D) O Corregedor Geral de Justiça poderá requisitar qualquer processo aos juizes de primeiro grau de jurisdição, tomando ou expedindo nos próprios autos, ou em provimento, as providências ou instruções que entender necessárias ao andamento do processo.
 - (E) A Corregedoria Geral da Justiça cientificará da correção, com antecedência de cinco dias, a Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público Estadual, nas pessoas dos seus representantes legais.

Raciocínio Lógico

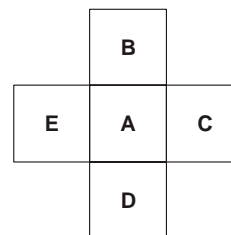
15. A sequência de figuras denominada A é formada por três figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem. A sequência de figuras denominada B é formada por quatro figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem.



Considerando as 15 primeiras figuras de cada sequência pode-se observar que o número de vezes em que as duas sequências apresentam figuras simultaneamente iguais é

- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 5.
16. Em uma enquete dez pessoas apreciam simultaneamente as praias **J**, **M** e **N**. Doze outras pessoas apreciam apenas a praia **N**. O número de pessoas que apreciam apenas a praia **M** é 4 unidades a mais que as pessoas que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **N**. E uma pessoa a mais que o dobro daquelas que apreciam apenas a praia **M** são as que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **M**. Nenhuma outra preferência foi manifestada nessa enquete realizada com 51 pessoas. A sequência de praias em ordem decrescente de votação nessa enquete é
- (A) **J**; **N**; **M**.
 - (B) **J**; **M**; **N**.
 - (C) **M**; **J**; **N**.
 - (D) **M**; **N**; **J**.
 - (E) **N**; **M**; **J**.

17. A figura mostra uma composição de cinco quadrados, todos com medida dos lados iguais a 4 cm. Imagine que o quadrado C se desloque, sobre o lado comum entre C e A, a distância de 1 cm aproximando-se do quadrado D. Imagine também que o quadrado D se desloque, sobre o lado comum entre D e A, à distância de 2 cm aproximando-se de E. Ainda imagine que o quadrado E se desloque, sobre o lado comum entre E e A, à distância de 3 cm aproximando-se de B.



O contorno da figura resultante dessas alterações imaginadas simultaneamente é um polígono com o número de lados igual a

- (A) 14.
- (B) 16.
- (C) 20.
- (D) 24.
- (E) 25.

18. Na sequência 1, 5, 8, 2, 6, 9, 3, 7, 10, 4, ... a lei de formação é uma adição, outra adição, uma subtração e repete a primeira adição, a segunda adição e a subtração, sempre da mesma maneira. Utilize exatamente a mesma lei de formação para criar uma sequência de números naturais a partir do número 7, e outra a partir do número 15. A diferença entre o décimo termo da segunda sequência criada e o décimo termo da primeira sequência criada é

- (A) 8.
- (B) 11.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 19.

Noções de Informática

19. Considere a planilha MS-Excel (2003):

	A	B
1	pri	2
2	seg	200
3	ter	450
4	qua	3
5	qui	32
6	sex	98
7	set	78
8	oit	47
9	non	8

O número 8 constante da célula B9 foi obtido pela função

- (A) =SOMA(B1:B8).
- (B) =CONT.NÚM(B1:B8).
- (C) =MÁXIMO(B1:B8).
- (D) =MÍNIMO(B1:B8).
- (E) =MÉDIA(B1:B8).



20. No MS-Word 2003, (I) Comparar e mesclar documentos e (II) Colunas são opções que podem ser acessadas, respectivamente, nos menus

- (A) Exibir e Formatar.
- (B) Formatar e Inserir.
- (C) Editar e Ferramentas.
- (D) Ferramentas e Formatar.
- (E) Ferramentas e Exibir.

21. Utilidades tais como calendário, temperatura, relógio e medidor de cpu, entre outras, podem ficar fixamente presentes na área de trabalho do MS-Windows 7. Trata-se de

- (A) painel de controle de serviços.
- (B) serviços administrativos.
- (C) *gadgets*.
- (D) *budgets*.
- (E) ícones da área de notificação.

22. Sobre vírus de computador é correto afirmar:

- (A) Se um vírus for detectado em um arquivo de programa e não puder ser removido, a única solução é formatar o disco onde o vírus se encontra para que ele não se replique.
- (B) Se a detecção do vírus tiver sucesso, mas a identificação ou a remoção não for possível, então a alternativa será descartar o programa infectado e recarregar uma versão de *backup* limpa.
- (C) Um antivírus instalado garante que não haverá nenhuma contaminação por vírus, pois os programas antivírus detectam e removem todos os tipos de vírus originados de todas as fontes de acesso ao computador.
- (D) Um vírus é um programa independente que pode se replicar e enviar cópias de um computador para outro através de conexões de rede. Na chegada, o vírus pode ser ativado para replicar-se e propagar-se novamente.
- (E) Um *worm* (verme) é um software que pode infectar outros programas, modificando-os; a modificação inclui uma cópia do programa do *worm*, que pode então prosseguir para infectar outros programas.

Noções de Direito Constitucional

23. Peixoto, membro do Ministério Público Estadual, está passando por enorme dificuldade financeira, e precisa auferir maior rendimento para custear as suas despesas básicas, pois o seu subsídio não está sendo suficiente. Nesse caso, para complementar sua renda, Peixoto poderá

- (A) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- (B) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais nas causas que funcionar.
- (C) exercer a advocacia, desde que não advogue contra o Estado.
- (D) exercer uma função de magistério.
- (E) exercer atividade político-partidária em qualquer situação.

24. Lúcio, Amélia e Tito, respectivamente, pai, mãe e filho, são lavradores na pequena Cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul, e sozinhos, sem a ajuda de funcionários, cultivam soja na sua pequena propriedade rural, assim definida em lei. Lúcio investiu todas as suas economias pessoais na compra de uma máquina específica para ajudar a sua família na colheita da soja, acreditando que seria farta e que a máquina lhes traria um excelente resultado econômico. Porém, ocorreu uma geada que estragou toda a plantação, deixando Lúcio sem condições de saldar seus débitos vencidos decorrentes da atividade produtiva, sendo processado judicialmente. Nesse caso, a referida pequena propriedade rural

- (A) será penhorada, porém o Juiz limitará a penhora à parte de propriedade de Lúcio, pois Amélia e Tito não compraram a máquina.
- (B) é penhorável sempre porque deve garantir o pagamento integral das dívidas decorrentes da atividade produtiva, independentemente da existência de outros bens.
- (C) será penhorada desde que não existam outros bens penhoráveis.
- (D) será penhorada, mas, segundo a Constituição Federal, o Juiz dará a prévia oportunidade a Lúcio de pagar as dívidas em trinta e seis meses sem juros.
- (E) é impenhorável, face a vedação constitucional.

25. Aos servidores titulares de cargos efetivos dos Estados é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, sendo correto afirmar que o tempo de contribuição estadual e o tempo de serviço correspondente serão contados, respectivamente, para efeitos de

- (A) nomeação a cargo de comissão e promoção.
- (B) aposentadoria e de disponibilidade.
- (C) promoção e de aumento de vencimentos.
- (D) afastamento e de designação à função de comissão.
- (E) aumento de vencimentos e de nomeação a cargo de comissão.



26. A causa decidida, em última instância, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, quando a decisão recorrida contrariar lei federal, será julgada pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário.
- (B) Superior Tribunal de Justiça em recurso ordinário.
- (C) Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.
- (D) Supremo Tribunal Federal em recurso ordinário.
- (E) Tribunal Regional Federal competente.

Noções de Direito Administrativo

27. Analise sob o tema dos princípios da Administração Pública:

- I. Ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público acerta com o particular a realização de determinado empreendimento ou a abstenção de certa conduta, no interesse recíproco da Administração.
- II. Atos enunciativos ou declaratórios de uma situação anterior criada por lei. Nesse caso, não cria um direito, mas reconhece a existência de um direito criado por norma legal.

Esses atos administrativos são denominados, respectivamente,

- (A) protocolo administrativo e apostilas.
- (B) apostila e portarias.
- (C) homologação e ordens de serviço.
- (D) protocolo administrativo e provimentos.
- (E) autorização e concessões.

28. No que se refere à responsabilidade da Administração Pública, é certo que

- (A) a doutrina moderna, distinguindo atos de *jus imperii* e de *jus gestionis*, admite responsabilidade objetiva da Administração somente quando o dano resulta de atos de gestão, excluindo-se os atos de império.
- (B) o ato legislativo típico, a exemplo da lei ordinária, em qualquer situação, que cause prejuízo ao particular, é indenizável objetivamente pela Administração Pública.
- (C) o ato judicial típico, lesivo, não enseja responsabilidade civil por parte da Administração Pública e nem por parte do juiz individualmente, em qualquer hipótese.
- (D) o dano causado por agentes da Administração Pública por atos de terceiros ou por fenômenos da natureza, também são indenizáveis objetivamente pela Administração.
- (E) os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Legislativo e Judiciário, equiparam-se aos demais atos da Administração e, se lesivos, empenham a responsabilidade objetiva da Fazenda Pública.

29. Considere sob o foco do poder hierárquico:

- I. Chamar a si funções originariamente atribuídas a um subordinado significa avocar, e só deve ser adotada pelo superior hierárquico e por motivo relevante.
- II. A revisão hierárquica é possível, desde que o ato já tenha se tornado definitivo para a Administração ou criado direito subjetivo para o particular.
- III. As delegações quando possíveis, não podem ser recusadas pelo inferior, como também não podem ser subdelegadas sem expressa autorização do delegante.
- IV. A subordinação e a vinculação política significam o mesmo fenômeno e não admitem todos os meios de controle do superior sobre o inferior hierárquico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

30. Em matéria de atributos do ato administrativo é certo que

- (A) a imperatividade está presente em todos os atos administrativos, salvo os normativos, e dependem da sua declaração de validade ou invalidade.
- (B) a presunção de veracidade e legitimidade não transfere, como consequência, o ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.
- (C) a presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que arguidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.
- (D) o reconhecimento da autoexecutoriedade do ato administrativo tornou-se mais abrangente em face da legislação constitucional, entretanto sua execução depende, em regra, de ordem judicial.
- (E) a exequibilidade e a operatividade não possibilitam que o ato administrativo seja posto imediatamente em execução, porque sempre exigem autorização superior ou algum ato complementar.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Segundo a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, nos transtornos psicóticos agudos predominantemente delirantes (F23.3) são comuns os delírios de perseguição, sendo as alucinações usualmente
- (A) auditivas.
 - (B) visuais.
 - (C) olfativas.
 - (D) gustativas.
 - (E) táteis.
32. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR) indica que a maioria dos indivíduos com esquizofrenia tem *insight* pobre em relação ao fato de que sofrem de uma doença
- (A) borderline.
 - (B) neurótica.
 - (C) psicopática.
 - (D) psicótica.
 - (E) social.
33. Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o psicólogo, quando requisitado a depor em juízo,
- (A) não poderá prestar informações dado que é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional (Art. 9º).
 - (B) poderá prestar informações, considerando o previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Art. 11).
 - (C) não poderá prestar informações, dado que o psicólogo deve garantir a proteção integral do atendido (Art. 8º parágrafo 2º).
 - (D) poderá prestar somente informações se forem sobre indivíduo(s) maior(es) de 18 anos, com antecedente infracional (Art. 10, parágrafo único).
 - (E) não poderá prestar informações no caso de atendimento a crianças e adolescentes, dado que para fazê-lo, dependeria da autorização dos pais do(s) menor(es) por escrito (Art. 13).
34. A Análise Transacional trata da comunicação humana (da pessoa consigo mesma e em relação aos outros) e propõe que, em uma situação de relacionamento com o outro, cada indivíduo exibirá um estado do Eu. No Estado do Eu Adulto, entre outros aspectos, estão
- (A) os impulsos, as emoções e a criatividade.
 - (B) as ordens, as recriminações e os conselhos.
 - (C) a coleta objetiva de dados, a organização e a avaliação dos fatos.
 - (D) a inadaptação à realidade, os sonhos e as tradições.
 - (E) os sentimentos naturais, as fantasias e a capacidade de amar.
35. A terapia cognitiva emprega técnicas cognitivas e comportamentais cuja escolha deve ser feita a partir da conceitualização cognitiva de cada caso. A técnica utilizada quando uma das distorções predominantes é o pensamento dicotômico; em que o terapeuta constrói um gráfico linear de 0 a 100% para a característica avaliada, em termos de tudo ou nada; na qual o terapeuta solicita que o paciente compare seu desempenho com o de outros indivíduos, posicionando-se no gráfico, corresponde à técnica denominada
- (A) técnica da seta descendente.
 - (B) registros de pensamentos disfuncionais (RPD).
 - (C) identificação de distorções cognitivas.
 - (D) técnica do gráfico em forma de pizza.
 - (E) *continuum* cognitivo.
36. Na avaliação de aspectos da personalidade de um indivíduo, levam-se em conta vários fatores, entre eles, a rigidez ou ineficiência do superego, que se refere a
- (A) capacidade de enfrentar dificuldades e tolerar perdas e separações e de lidar com aumento de ansiedade.
 - (B) repressão, racionalização, negação, dissociação, projeção e idealização.
 - (C) intransigência, normas rígidas, severidade para consigo mesmo e perfeccionismo.
 - (D) agressão, sexualidade, ansiedade, relacionadas ou não à eficácia no controle e na repressão dos impulsos e dos afetos.
 - (E) dependência, submissão, sadismo/masochismo, evitação e distanciamento.
37. A abordagem junguiana define a disposição introvertida como a que
- (A) emana de um movimento positivo do interesse subjetivo no sentido do objeto.
 - (B) se orienta de acordo com a percepção e o conhecimento que representa a disposição objetiva capaz de admitir a excitação dos sentidos.
 - (C) se dá pelo fluir da libido de dentro para fora, gerando a relação evidente do sujeito com o objeto.
 - (D) observa as condições exteriores, mas elege como decisivas as determinações de caráter subjetivo.
 - (E) implica o movimento do sujeito sempre àquilo que recebe do objeto, sendo que a impressão exterior opera papel primordial.
38. O modelo piagetiano do desenvolvimento humano propõe períodos que são caracterizados pelo aparecimento de novas qualidades do pensamento, interferindo no desenvolvimento global. O período de operações concretas se dá dos
- (A) 9 aos 14 anos, com o desenvolvimento de um egocentrismo intelectual e social.
 - (B) 7 aos 11 ou 12 anos com o início da construção lógica, ou seja, a capacidade da criança estabelecer relações que permitam a coordenação de pontos de vista diferentes.
 - (C) 6 aos 10 anos, quando deixa de ter dificuldade para realizar as operações no plano das ideias sem necessitar de manipulação ou referências concretas.
 - (D) 10 aos 14 anos, quando é capaz de abstrair e generalizar, criando teorias sobre o mundo, principalmente sobre aspectos que gostaria de modificar.
 - (E) 4 aos 7 anos, com o aparecimento da linguagem, incrementando a comunicação e a interação com os demais.



39. Erik H. Erikson procura compreender a adolescência em uma análise completa do ciclo vital, propondo a existência de crises psicossociais de desenvolvimento. A crise psicossocial que corresponde à fase genital esperada por Freud na adolescência denomina-se
- (A) identidade × confusão de papéis, sendo a posterior intimidade × isolamento.
 - (B) integridade de ego × desesperança, sendo a posterior indústria × inferioridade.
 - (C) confiança básica × desconfiança, sendo a posterior intimidade × isolamento.
 - (D) iniciativa × culpa, sendo a posterior confiança básica × desconfiança.
 - (E) autonomia × vergonha e dúvida, sendo a posterior identidade × confusão de papéis.
-
40. O Manual de Prevenção das DST/HIV/Aids em Comunidades Populares do Ministério da Saúde (Brasília, DF, 2008) aponta que a Aids hoje atinge a todos os grupos sociais, independentemente de classe, sexo, raça ou etnia, orientação sexual e faixa etária, o que significa que estamos todos vulneráveis. A ideia de vulnerabilidade, segundo o Manual, surgiu para explicar que a relação entre a saúde e a doença
- (A) de uma pessoa depende de ela ter tido DST (doença sexualmente transmissível) anterior e se foi bem sucedida no tratamento, sem recorrências.
 - (B) de uma pessoa ou de um grupo está diretamente relacionada à orientação recebida dos professores na escola.
 - (C) de indivíduos depende de como se apresentam "pontos fortes", que definem a exposição ao HIV.
 - (D) depende de pessoa a pessoa e se ela utilizou do serviço de saúde a partir dos 10 anos, quando entra-se na puberdade.
 - (E) não se dá em função das atitudes das pessoas, mas está diretamente relacionada ao ambiente e suas relações.
-
41. O pensamento sistêmico e a cibernética como eixos norteadores da prática da terapia familiar destacam
- (A) a ampliação do alcance das novas teorias e a inclusão do indivíduo no contexto das perturbações localizadas no âmbito da psicopatologia individual.
 - (B) a autonomia de unidades individuais e as manifestações das pessoas em seus mundos internos, para que se possa compreender o contexto a partir das relações introjetadas pelo indivíduo.
 - (C) a importância dos contextos e das relações entre as partes e o todo no universo vivo e humano, buscando as interdependências entre os membros de um sistema.
 - (D) as ideias que se espalharam pelos territórios americano e europeu, construindo modelos e formas de intervenção na terapia, no contexto da psicodinâmica individual, sendo o paciente visto como responsável por sua situação atual.
 - (E) as manifestações humanas, na epistemologia sistêmica, vistas como parte de um processo individual, no qual o sintoma é compreendido a partir da autobiografia do indivíduo, ao longo de sua história de desenvolvimento pessoal.
-
42. Na prática terapêutica de posição pós-moderna e construcionista social, para compreender dilemas humanos não cabem diagnósticos essencialistas e centrados
- (A) no sistema familiar.
 - (B) no psiquismo grupal.
 - (C) na estrutura familiar.
 - (D) nas relações interpessoais.
 - (E) no indivíduo.
-
43. Na visão sistêmica da dependência química, em relação ao surgimento do abuso de drogas, acredita-se que a família tem um papel de
- (A) vítima.
 - (B) coautoria.
 - (C) algoz.
 - (D) agressora.
 - (E) vitimizadora.
-
44. O psicólogo depara-se com novas modalidades de família no Brasil atual, entre elas, a família monoparental, termo designado para denominar a unidade familiar composta por
- (A) criança(s) que responde(m) à autoridade de um só elemento adulto.
 - (B) mãe, pai e filho do mesmo casamento.
 - (C) indivíduos que possuem somente um parente, além de sua unidade de origem.
 - (D) mãe ou pai com seu(s) filho(s).
 - (E) filho único.
-
45. O psicólogo pode receber determinação judicial para averiguar periculosidade, condições de discernimento ou sanidade mental das partes envolvidas em litígio ou julgamento. Este trabalho denomina-se
- (A) perícia.
 - (B) diagnóstico estrutural.
 - (C) justiça restaurativa.
 - (D) investigação transformativa.
 - (E) mediação.
-
46. Nos casos em que há algum tipo de psicopatologia envolvida no ato criminoso, a legislação penal determina que o indivíduo seja internado em Hospital específico para tratamento. Transcorrido um tempo do tratamento, essa desinternação só é possível por
- (A) realização de um novo julgamento.
 - (B) pedido dos familiares.
 - (C) realização de júri popular.
 - (D) liberação da vítima ou de seus familiares.
 - (E) determinação judicial.



47. Os portadores de transtornos sexuais podem eventualmente cometer infrações legais, de maior ou menor gravidade. A ajuda de especialistas, psicólogos e psiquiatras, por exemplo, auxilia a justiça fundamentalmente a entender
- (A) se os indivíduos já haviam sofrido práticas de tortura à época da adolescência.
 - (B) se os indivíduos portavam arma no momento do crime.
 - (C) se os indivíduos já possuíam outras condenações.
 - (D) o grau de compreensão e de escolha que o contraventor tinha sobre a própria conduta no momento de sua prática.
 - (E) as condições vividas na infância e aquelas envolvidas no cumprimento de pena por delito anterior.
48. A Justiça Restaurativa é uma corrente surgida há cerca de quarenta anos nas áreas de criminologia e vitimologia. Assume-se como um novo paradigma de justiça, caracterizado essencialmente pela
- (A) dificuldade encontrada pela vítima em se reequilibrar psicossocialmente após o sofrimento de qualquer tipo de crime.
 - (B) promoção da efetiva participação dos interessados – vítimas e infratores – na solução de cada caso concreto.
 - (C) obrigatoriedade da submissão do criminoso a técnicas psicoterapêuticas em conjunto com a vítima.
 - (D) necessidade que a sociedade tem de ver punido criminalmente o criminoso violento.
 - (E) retirada da relação “vítima-criminoso” do protagonismo do processo.
49. Embora não se possa determinar com precisão o impacto que a violência vai produzir sobre uma criança, sabe-se que depende de um conjunto de circunstâncias. A maioria dos estudos sobre o tema identifica que alguns desses efeitos dependem
- (A) da própria natureza da violência; das características da criança; da natureza da relação entre agressor e vítima e da resposta social à violência sofrida.
 - (B) se a criança tem maior ou menor acesso à rede mundial de computadores; se é praticada dentro ou fora do espaço familiar e se o agressor é portador de transtorno de ansiedade.
 - (C) da região onde reside a vítima; do grau de escolaridade e se o agressor é portador de psicopatia.
 - (D) da própria natureza da violência; das possíveis tentativas de suicídio anteriormente praticadas pela vítima e da resposta social à violência sofrida.
 - (E) se a criança é adotiva; se a família é usuária de drogas e se o agressor é portador de transtorno na esfera cognitiva.
50. No tocante ao adolescente que pratica ato infracional, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- (A) determina privação da liberdade sem que haja obrigatoriedade de frequência à instituição escolar.
 - (B) obriga sempre o acolhimento institucional ainda que não haja flagrante.
 - (C) prevê obrigação de reparar o dano ou conforme determinação do juiz, compensar o prejuízo da vítima.
 - (D) destitui o poder familiar como forma preventiva.
 - (E) determina sempre o acolhimento em presídio comum, ressalvando o prazo máximo de 120 dias determinado em sentença judicial.
51. O Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescido pela Lei nº 12.010 de 2009, menciona que toda criança que estiver inserida em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada por equipe interprofissional ou multiprofissional no máximo a cada
- (A) 120 meses.
 - (B) 2 meses.
 - (C) 6 meses.
 - (D) 4 meses.
 - (E) 3 meses.
52. O papel dos psicólogos no âmbito judiciário como promotores da cidadania, da reinserção social e autonomia, abrange
- (A) que sua profissão não lhe permite interpretar legislações, o que portanto o coloca como assujeitado do sistema, no tocante às proposições de inserção do saber psicológico.
 - (B) as questões de disciplinamento e vigilância sobre a intimidade do sujeito, aspecto difícil de ser atingido pelo Estado.
 - (C) que a colaboração no planejamento de construção de políticas sociais não é tarefa do psicólogo, cabendo ao profissional do Serviço Social esse tipo de engajamento.
 - (D) um posicionamento crítico na mediação entre sujeito e Estado, produzindo experiências consistentes de reestruturação das relações de mediação dos apenados com o tecido social.
 - (E) que o trabalho do psicólogo deve se restringir a realizar perícias, não podendo orientar, acompanhar ou dar orientações no âmbito do sistema judiciário da esfera penal.
53. Nos litígios envolvendo a guarda de crianças, deve ser obedecido o princípio do “melhor interesse da criança”, sendo INCORRETO afirmar que a manifestação volitiva da criança
- (A) tem um papel preponderante mas não dispensa o estudo psicológico de toda a estrutura e dinâmica familiar, já que a opinião da criança em meio ao litígio conjugal pode estar fortemente influenciada por sentimentos e vivências diversas daquele rompimento.
 - (B) é insuficiente às vezes, devendo ser analisadas também a estabilidade, a continuidade e a permanência da relação familiar.
 - (C) deve incluir o esclarecimento e a demonstração dos interesses dos pais em relação à situação da disputa.
 - (D) deve ser estudada em conjunto com a estabilidade do ambiente familiar e a condição emocional que um ou outro genitor possui (nos casos das guardas unilaterais) para se responsabilizar pela criança.
 - (E) é suficiente sempre, devendo os Tribunais dispensarem o estudo psicossocial quando a criança faz sua escolha por um ou outro genitor de forma clara.



<p>54. Caracteriza-se Guarda Compartilhada quando</p> <p>(A) a criança não tem residência fixa, ora permanecendo com a mãe, ora permanecendo com o pai.</p> <p>(B) não há ruptura na habitualidade, pois um dos genitores permanece residindo com a criança e o outro tem total flexibilidade para participar da sua vida.</p> <p>(C) há a quebra da parentalidade, pois a criança não vivencia a continuidade dos relacionamentos com os genitores.</p> <p>(D) a criança fica fixa em uma determinada residência e seus genitores se revezam para estar com ela periodicamente.</p> <p>(E) há definição de horários fixos distribuídos entre um e outro genitor por sentença judicial renovável a cada dois anos.</p>	<p>58. A Resolução do Conselho Federal de Psicologia de número 007/2003 instituiu o Manual de documentos escritos produzidos por psicólogos. O relatório psicológico é</p> <p>(A) um documento produzido pelo psicólogo no enquadre pericial judiciário e que deve obedecer os parâmetros científicos na elucidação dos termos técnicos.</p> <p>(B) uma peça de natureza e valor científicos, devendo conter a narrativa detalhada e didática, com clareza, precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário.</p> <p>(C) um documento expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicopatológicas de quem, por requerimento, o solicita.</p> <p>(D) similar ao atestado emitido por psicólogo, já que deve estar acompanhado das explicações e/ou conceituação retiradas dos fundamentos teórico-filosóficos que o sustentam.</p> <p>(E) um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo.</p>
<p>55. A retirada ou manutenção do poder familiar, a definição da guarda e outras medidas judiciais que envolvam crianças e adolescentes, podem ser apoiadas em uma avaliação pericial, conforme prevê o Código de Processo Civil. Dentre os elementos que devem ser observados em um trabalho pericial é fundamental</p> <p>(A) avaliar as competências parentais no tocante à relação com a criança.</p> <p>(B) avaliar as características individuais dos genitores e não do grupo familiar como um todo.</p> <p>(C) excluir a família estendida durante a avaliação.</p> <p>(D) pesquisar outros recursos de avaliação uma vez que não é recomendável o uso de qualquer tipo de teste psicológico em menor de 10 anos.</p> <p>(E) não emitir qualquer documento ou parecer por escrito para o juiz, envolvendo criança menor de 7 anos, a não ser que a família autorize por escrito.</p>	<p>59. O grande estudioso do abuso sexual infantil, Tilman Furniss, explica o estereótipo da “criança sedutora” (que seduz o pai e aprecia o abuso), da seguinte maneira:</p> <p>(A) A criança deve ser sempre responsabilizada pela situação juntamente com seus genitores, pois o abuso é uma via de mão dupla e isso é uma pré-condição para qualquer trabalho terapêutico.</p> <p>(B) É muito comum na atualidade encontrarmos a criança que busca o abuso e tem prazer nele, cabendo ao adulto interromper a situação comunicando a autoridade judiciária obrigatoriamente.</p> <p>(C) Não cabe ao genitor traçar as fronteiras adequadas para a exacerbação da sexualidade de sua criança, devendo a família procurar ajuda psiquiátrica para conter de forma medicamentosa o comportamento transgressor.</p> <p>(D) A invasão das mídias eletrônicas tornam a barreira da sexualidade dentro do espaço privado mais tênue, cabendo ao pai entender e participar das propostas sexualizadas da criança, para que em momento posterior, com a chegada da adolescência, isso possa ser interrompido, explicado e entendido.</p> <p>(E) Tal situação tem pouco a ver com a realidade do abuso sexual da criança, pois ainda que haja um comportamento sexualizado da criança, ela nunca poderia ser responsabilizada pela situação.</p>
<p>56. A mediação de conflitos</p> <p>(A) busca fazer com que as pessoas cumpram as normas impostas, já que as relações se baseiam na desigualdade entre os gêneros, entre pais e filhos e outras.</p> <p>(B) é uma técnica extrajudicial para resolver conflitos, excluindo, no entanto, as situações que envolvam família e filhos.</p> <p>(C) apoia-se nos paradigmas das ciências contemporâneas e, ao invés de trabalhar com verdades absolutas, tem o objetivo de aceitar a complexidade dos fenômenos interpessoais.</p> <p>(D) valoriza aquele que é mais forte e com condições de melhor se impor na lógica adversarial, tendo como objetivo sempre eliminar a presença do Judiciário, já que a homologação dos acordos mediados é dispensável.</p> <p>(E) não pode ser usada pelo Poder Judiciário pois não garante o sigilo entre os mediados e nem o manuseio dos conflitos de forma a contribuir para a superação das diferenças.</p>	<p>60. Quando o juiz determina perícia psicológica em uma ação de interdição, ele necessita conhecer</p> <p>(A) a capacidade do indivíduo em reger sua própria pessoa e administrar seus bens.</p> <p>(B) a condição do indivíduo no tocante ao exercício de sua parentalidade.</p> <p>(C) somente a capacidade do indivíduo em se manter sóbrio diante da oferta e disponibilidade do álcool e de outras drogas na nossa sociedade.</p> <p>(D) se há condições emocionais familiares para colaborar na manutenção de seu parente na internação em estabelecimento de Medida de Segurança.</p> <p>(E) a condição de cessação de periculosidade do indivíduo, visando possível progressão no regime de cumprimento da pena.</p>
<p>57. O nome dado ao processo em que um terceiro busca levar as partes a um entendimento com vistas a um acordo e tem como objetivo central por fim ao conflito manifesto é</p> <p>(A) psicoterapia de base analítica.</p> <p>(B) avaliação psicológica com fins periciais.</p> <p>(C) perícia.</p> <p>(D) conciliação.</p> <p>(E) terapia adversarial.</p>	